

“Não temos raça definida!”: indígenas, negros e mestiços sob a óptica dos discursos do Conselho de Imigração e Colonização no Governo Vargas, 1930 a 1950¹

Pedro Jardel Fonseca PEREIRA²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como os indígenas, os negros e os mestiços foram representados pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC), criado no governo de Getúlio Vargas. A fonte principal, que é a Revista do CIC, será analisada por meio da *análise do discurso*. A ideia de “uma nova raça” deveria ser viabilizada pelo branqueamento da população. A partir, sobretudo, da Eugenia, alguns intelectuais ligados ao CIC, a exemplo de Oliveira Vianna, argumentavam sobre como deveria ser formado o “homem novo”, o trabalhador ideal. No entanto, observa-se que o indígena, o negro e o mestiço foram considerados racial e culturalmente inferiores. Nesse sentido, o imigrante europeu branco não só era considerado o tipo desejável, mas também cumpriria a função de branquear a população brasileira.

Palavras-chave: Conselho de Imigração e Colonização, trabalhador ideal, discurso étnico-racial.

¹ Este artigo é uma versão revista do trabalho apresentado na seção: *Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos*, na XVII Semana de História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e XIV Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade – Povos Originários e Ancestralidade: florestanias e alianças afetivas, em 2023. O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de doutorado em andamento, financiada com recursos [bolsa] da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Doutorando em História Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pela Universidade Estadual e Montes Claros. Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. UFJF. Juiz de Fora. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9949-7157>. E-mail: fpedrojardel@yahoo.com.br.

“We have no defined race!”: indigenous people, black people and mixed-race people from the perspective of the discourses of the Immigration and Colonization Council during the Vargas Government, 1930 to 1950

Abstract: The objective of this article is to analyze how indigenous people, black people and mixed-race people were represented by the Immigration and Colonization Council (CIC) created during the Getúlio Vargas government. The source, which is the CIC Magazine itself, will be analyzed through discourse analysis. The idea of a “new race” was supposed to be made viable through the whitening of the population. Based mainly on Eugenics, some intellectuals linked to the CIC, such as Oliveira Vianna, argued about how the “new man”, the ideal worker, should be formed. However, we observed that indigenous people, black people and mixed-race people were considered racially and culturally inferior. In this sense, the white European immigrant was not only considered the desirable type but also fulfilled the function of whitening the Brazilian population.

Keywords: Immigration and Colonization Council, ideal worker, ethnic-racial discourse.

Introdução

Na reformulação da política imigratória realizada durante o Estado Novo, alguns intelectuais ligados ao Conselho de Imigração e Colonização (CIC) expuseram os motivos pelos quais o Brasil elegeu o europeu branco como o imigrante desejável e por que os brasileiros não eram capazes de sozinhos assumir esse papel. Além disso, havia a questão da baixa densidade demográfica, que era vista como um problema a ser resolvido. Os grupos que compunham a população brasileira, com exceção da raça branca, tida como civilizada e superior, segundo Francisco José de Oliveira Vianna, o idealizador das primeiras formulações do CIC, eram considerados degenerados racial e culturalmente.

Para Oliveira Vianna, o negro não poderia ser considerado o trabalhador ideal devido a fatores genéticos, pois era suscetível a certas doenças. Em relação ao indígena, Vianna o situava abaixo do branco, do negro e do mestiço, afirmando que o nativo não era propenso à servilidade e que suas tarefas demandavam menores esforços e períodos maiores de folga. Além disso, ele argumentava que era impossível trazê-los à civilização, por eles serem refratários ao processo de arianização. Quanto o mestiço, Vianna alegava que ele teria herdado as piores características das raças que lhe deram origem, inclusive os vícios da raça branca. Isso o tornava portador de todos os tipos de desordem moral, de instintos e de caráter: arrogantes, atrevidos, violentos, preguiçosos e rebeldes.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar como esses três grupos foram representados pelo Conselho de Imigração e Colonização. Quanto à problematização, questiona-se: que fatores desqualificavam o indígena, o negro e o mestiço da qualidade de trabalhador ideal? Com base na análise das fontes e do próprio referencial teórico utilizado nesta investigação, foi possível constatar que o principal fator era o racial.

A Eugenia³ influenciava, direta ou indiretamente, alguns intelectuais ligados ao CIC. Como afirma Josiane Debastiani:

No Brasil as ideias eugênicas ganharam destaque nos meios intelectuais e políticos do Governo Vargas, em um país que apresentava uma grande miscigenação, as ideias eugênicas surgiram como uma forma de construção de um projeto nacional, através destas ideias se pretendia realizar um projeto de branqueamento da população brasileira visto como forma de atraso e de degeneração. O projeto de branqueamento da população brasileira consistia em trazer para o país imigrantes europeus brancos com o intuito de melhorar a população brasileira (Debastiani, 2018, p. 8).

Segundo Fabio Koifman (2012), nos próprios discursos de Getúlio Vargas, ficou evidente a preferência pelos imigrantes europeus, enquanto os imigrantes negros eram preteridos. Sob essa perspectiva, “Tanto no discurso oficial quanto nas publicações dos intelectuais da época encontramos a perfeita afinação” (Koifman, 2012, p. 27). Renato Kehl, defensor da Eugenia no Brasil, por exemplo, orientava sobre a “importância de que fossem feitos incentivos às migrações de grupos de países de raça nórdica” (Diwan, 2015, p. 132). Especificamente, o eugenista estava se referindo aos suecos, noruegueses, ingleses e alemães.

No entanto, é importante enfatizar que nem todos membros e colaboradores do CIC concordavam com as ideias racistas de Oliveira Vianna. Em outra vertente, intelectuais como Edgard Roquette-Pinto e Artur Ramos partiam do princípio de que os problemas enfrentados pelos brasileiros, como a desnutrição, as doenças e os próprios costumes adquiridos, eram decorrentes de fatores sociais, políticos e culturais. Esses problemas eram passíveis de correção e a solução viável se daria por meio do acesso à educação, saúde pública e alimentação. A Eugenia também influenciava as ideias desses

³A Eugenia, assim nomeada por Francis Galton, que se tratava da interseção da ciência biológica e o cenário social, surgiu na Europa, no século XIX, e foi definida como a ciência da hereditariedade. Seu surgimento correu no período da transição do século XIX para o XX, como Vanderlei Sebastião de Souza (2012, p. 01) enfatiza, sobre seu expoente: “Suas ideias sobre o aperfeiçoamento das características raciais se associariam intimamente às discussões sobre evolução e degeneração, progresso e civilização, conceitos fundamentais na formulação de concepções científicas e sociais”. No Brasil, o médico e farmacêutico Renato Kehl foi um dos nomes que se destacaram, entre outros que o antecederam, como propagador da Eugenia, a partir de 1917. Nesse intuito: “Seu primeiro trabalho, uma conferência pronunciada em São Paulo na Associação Cristã de Moços, foi publicado na íntegra pelo Jornal do Comércio e divulgada em periódicos médicos e revistas literárias” (Souza, 2012, p. 06). A partir das ideias de Galton, ele abordou em seu artigo questões como hereditariedade, fatores disgênicos, doutrina de Malthus, entre outros assuntos. Entretanto, a Eugenia colocada em prática no Brasil estava mais associada aos fatores de prevenção, esta não tinha como objetivo eliminar, pelo menos não diretamente, o sujeito degenerado.

intelectuais, mas desta vez em diálogo com a tradição sanitarista, em uma perspectiva preventiva.

As fontes utilizadas neste estudo foram extraídas da Revista do CIC, criada em 1940, logo após a fundação do órgão, durante o Estado Novo, por meio do decreto-lei n. 406, e extinta em 1954. O CIC era composto por sete conselheiros, sendo um deles presidente e outro vice-presidente, os quais eram nomeados pelo presidente da República. De acordo com Debastiani (2018), com base em informações do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Imigração, o CIC buscava “propor medidas que favorecessem a assimilação e nacionalização dos imigrantes, evitar a concentração de imigrantes em qualquer ponto territorial do país, estudar as melhores correntes imigratórias ao país” (Debastiani, 2018, p. 9). Mas também constam informações sobre os deslocamentos internos e o perfil do trabalhador nacional, sobretudo em relação às migrações de nordestinos.

Segundo Fleury (2021), os membros atuavam de maneira técnica, conforme a lei; além disso, exerciam a função de coordenação em outro órgão que se ocupava de questões relacionadas à imigração e colonização no Brasil. A autora acresce que “escreviam nas páginas da RIC outros funcionários do governo federal, políticos, militares, policiais, sociólogos, geógrafos, médicos. Eles debatiam, a partir de diversos pontos de vista, a questão da imigração” (Fleury, 2021, p. 17).

Nas tiragens da Revista do CIC, eram publicados cerca de 800 a 1000 exemplares, com 124 a 252 páginas. Em relação ao seu conteúdo, a maioria era composta por decretos, relatórios, artigos, legislação, estatísticas, pareceres e circulares do CIC, além de noticiário sobre livros e revistas. Inclusive com a publicação de textos em inglês e francês, evidenciando a importância da circulação dessas ideias em outros países. No início de cada edição, era postado um balanço das atividades realizadas pelo CIC. Suas funções no âmbito da imigração/migração, conforme os editores, eram estabelecer cotas para imigrantes, assim como os critérios sobre a entrada e o destino de imigrantes estrangeiros no Brasil, também da migração interna e colonização.

Para a análise dessa fonte, baseou-se na perspectiva de que a imprensa é um “Manancial fértil para o conhecimento do passado, fonte de informação cotidiana, material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (Cruz; Peixoto,

2007, p. 04). No que diz respeito à *Análise do Discurso*, de acordo com Durval Muniz Albuquerque Junior, deve-se levar em conta o contexto de produção do discurso no passado. Independentemente do documento, ele é uma forma de discurso e precisa ser interpretado. O historiador orienta que:

Ao assumirmos o discurso ou um pronunciamento como fonte para o nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas e sociais (Albuquerque Júnior, 2009, p. 235).

A etapa seguinte é a análise interna, quando se identifica o “acontecimento” e o interroga. Para isso, ele cita o exemplo de que o discurso não tem a mesma transparência de uma lente de vidro: “tem uma espessura própria, tem regras de constituição e produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 237).

Os autores PietraDiwan, Vanderlei Sebastião de Souza e Fabio Koifman foram cruciais para a fundamentação das questões sobre a política biológica e racial. Assim como Flávio Gomes, Marcelo Paixão, Leonardo Ângelo Silva, André Cicalo e Kabengele Munanga potencializaram o debate sobre as desigualdades raciais vivenciadas pelos trabalhadores negros. Eles também abordaram os silêncios que mascararam as divisões raciais, como a ideia de democracia racial. Embora o negro não fosse considerado o trabalhador ideal, ele era considerado o executor propício de atividades pesadas.

“Não queremos que o índio permaneça índio”: os indígenas nos discursos do Governo Vargas

Uma das perspectivas sobre os indígenas na Era Vargas está ligada à noção de “indianidade”. Os povos originários foram considerados como os detentores das raízes genuínas da brasilidade, e essa ideia tinha uma importância crucial na formação do Estado. Entretanto, para o governo, os pequenos grupos étnicos ainda existentes viviam isolados nas regiões fronteiriças e representavam um quantitativo ínfimo da população

brasileira.⁴ Apesar dessa marginalização, Oliveira Vianna, cuja perspectiva é central neste artigo, resgatava uma visão dos indígenas que remontava aos anos iniciais da colonização.

Conforme destaca Sergio Pessoa Ferro (2023), Oliveira Vianna:

[...] remetia ao "índio" dos anos iniciais da colonização, mantendo a classificação da identidade étnica em duas categorias, uma dócil, pacífica e ingênua; outra guerreira, intratável e apavorante aos primeiros bandeirantes e colonizadores brancos (Ferro, 2023, p. 211).

No discurso de Vargas, os indígenas passaram a ocupar um lugar específico na política, o que refletia as preocupações da elite com as origens da nação e a composição racial da época. “Tudo isso influencia uma formulação do Estado sobre a identidade cultural dos índios e uma política para a sua integração” (Garfield; Colledge, 2000, p. 15).

Essa “descoberta” do indígena ocorreu no contexto da Marcha para o Oeste, lançada em 1938, vista como a expressão do “verdadeiro sentimento de brasilidade e a solução para alguns problemas enfrentados pela nação” (Garfield; Colledge, 2000, p. 15). A ideia era adentrar o Brasil em direção ao interior, pois se entendia que o desenvolvimento na região do litoral havia sido mais intenso em períodos anteriores.

O sertão era considerado por Vargas como uma área desperdiçada. A exploração dos seus recursos humanos e naturais seria essencial para garantir a prosperidade da nação. Os pesquisadores também destacam a ideia de Vargas de que o Brasil possuía um imenso território com terras férteis, propícias para o desenvolvimento e progresso almejado. Nesse contexto, os indígenas, segundo Rafael C. L. S. Hoerhann (2005), passaram a ser considerados um possível trabalhador sertanejo, sobretudo nas regiões de fronteira com outros países.

Vargas, por meio do decreto-lei n. 1.794, criou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), de caráter consultivo. O órgão colaboraria com diretrizes voltadas

⁴ O genocídio dos povos originários é algo incontestável. No entanto, o “aparente desaparecimento” desses povos também configura um dos mecanismos de resistência, por exemplo, a miscigenação com outros grupos raciais e a omissão da origem dos indígenas foram táticas utilizadas no intuito de manter a sobrevivência. O processo de retomada identitária foi evidenciado no Censo-IBGE de 2022, o qual demonstrou um aumento da população que se declara indígena. Ver: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html>.

para a política indigenista. Porém, o fragmento evidencia um aspecto importante a ser ressaltado desse contexto: “a política indigenista do Estado Brasileiro mostra-se na esquizofrênica e ambivalente relação entre o proteger e o atentar contra os direitos dos povos indígenas que ele mesmo criou por meio de leis, decretos e Constituições” (Ferro, 2023, p. 221).

Embora a política indigenista tivesse o objetivo de “civilizar” o indígena, o que ficou a cargo de profissionais ligados ao CNPI, como o “Marechal Rondon e os antropólogos Heloísa Alberto Torres (1895-1977), Darcy Ribeiro (1922-1997) e Roberto Cardoso de Oliveira” (Ferro, 2023, p. 220). É importante destacar que nem todos os intelectuais que colaboravam com o governo estavam de acordo. No caso de Oliveira Vianna, por exemplo, ele atribuía ao “índio” e ao caboclo “uma incapacidade para a vida civil por ser incivilizável, isto é, inteiramente refractário a qualquer influxo educativo no sentido da aryanização” (Ferro, 2023, p. 217). Ainda que Vianna não fizesse parte do CNPI, é relevante notar que nem todos os integrantes do governo compartilhavam a mesma percepção sobre os indígenas.

Operacionalizada por Vargas e pelo CNPI, a política indigenista buscava prestar assistência aos indígenas como “proporcionar escolas e serviços de saúde para índios e sertanejos, e redes de comunicação e transporte, o governo consolidaria a nação como um todo orgânico” (Garfield; Colledge, 2000, p. 16). Ao mesmo tempo, a marcha do desenvolvimento econômico buscava expandir suas fronteiras, “produzindo uma indianidade romântica no discurso público, permeada pela tarefa de aculturação e civilização dos indígenas” (Ferro, 2023, p. 229). Nesse cenário, Vargas ocupava o papel principal e os indígenas foram alçados, sem serem ao menos comunicados, à posição de heróis da nação.

A partir da análise da política indigenista de Vargas, nota-se que a história dos povos indígenas, sem dúvidas, é marcada pela agência e resistência, mas também pelo silenciamento, sobretudo do Estado e da sociedade, em relação a toda a violência e o extermínio desses povos. Como lembra Ferro (2023), o próprio Censo de 1940 é um exemplo da tentativa de apagamento. Ao substituir a classificação de raça pela de cor, os indígenas foram classificados como pardos na época. Isso se alinha a esta ideia: “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua

incorporação à nacionalidade brasileira” (Garfield; College, 2000, p. 18). No caso dos indígenas, como acreditava Vianna, eles seriam paulatinamente reduzidos pelo processo de clareamento das “seleções sexuais” (Ferro, 2023).

As informações que se identificam sobre os povos indígenas nas publicações do CIC possuem uma imagem estereotipada do *selvícola*. Segundo Ferro (2023), essa foi uma expressão adotada pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934, no lugar de indígena. Um dos aspectos negativos que chama atenção diz respeito aos costumes desses povos, como enfatizado a seguir: “[...] do nomadismo do índio, mais caçador e pescador que lavrador; da indolência tropical do negro; do espírito aventureiro, inconstante, de arremetidas e hibernações, próprio dos mestiços, mamelucos, curibocas, cafuzos e mulatos” (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 18-19).

Dessa maneira, a utilização do solo por um período temporário era típica das “culturas aborígenes”, “começando com a derrubada ou a queimada da mata e terminado com o esgotamento do solo e a emigração para nova região de terra virgem, onde recomeça o ciclo de destruição” (RCIC, 1946, n. 2 e 3, p. 19). Os jesuítas, segundo o CIC, até teriam tentado, “mas sem sucesso”, ensinar aos selvícolas algumas técnicas agrícolas e práticas manuais tidas como essenciais para sua fixação na terra.

“Temos como acertada [...] a escolha do homem branco para o nosso imigrante”: a exclusão do negro da ideia de trabalhador ideal

O argumento de que o negro era inferior biologicamente e suscetível a doenças foi uma das justificativas utilizadas pelo CIC para explicar o motivo de o negro não ser um trabalhador ideal. O CIC fundamentou suas afirmações em estudos realizados e publicados na *Revista Metropolitan Life Insurance Company*, uma fonte estadunidense. “[...] de acordo com os dados de 1920, a população total apresentava 11,9 por cento de mortes. Em 1925, a taxa de mortalidade dos negros era ainda 62,5 por cento mais elevada do que a dos brancos, mantendo-se essa situação com pequenas modificações até os tempos atuais” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172).

Foram ressaltadas também as doenças às quais o negro era mais propenso: “A tuberculose faz o maior número de vítimas, seguindo-se, em ordem, outras doenças do

aparelho respiratório, doenças orgânicas do coração, causas externas, má formação congênita, doenças da primeira infância, hemorragia e amolecimento cerebral e câncer” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172). Comparado aos brancos, a tuberculose vitimava os negros três vezes mais; em uma amostra de 100.000, pelo menos 226,2% eram afetados. Outras doenças apresentavam uma taxa de mortalidade duas vezes maior, como as do coração, infarto, hemorragia cerebral, febre tifoide, influenza e bronquite, e em uma proporção um pouco maior, a pneumonia.

O CIC também cita um relatório produzido pelo médico e antropólogo Artur Ramos, mas apenas os trechos favoráveis ao seu discurso. Uma das informações ressaltadas foi que, no Brasil, não existiam dados demográficos atualizados suficientes sobre a condição do negro. Contudo, a partir de uma observação atenta, já se notava a incidência de algumas doenças nos negros e nos mestiços brasileiros, inclusive em relação às doenças típicas da África. Para fundamentar a discussão, recorre-se a outro conhecido médico brasileiro, um dos precursores desse debate:

Nina Rodrigues, no seu tempo, já se preocupava em estudar o que ele chamava impropriamente “a etnologia patológica” do nosso país, divulgando os dados da clínica Moura Brasil que verificou a grande frequência de glaucomatosos entre os negros e mulatos, 12,38 por cento dos primeiros, 4,18 por cento dos segundos, em relação a apenas 1,98 por cento dos brancos; e ainda a maior porcentagem de leprosos, entre os negros e mulatos (RCIC, 1946, n. 2, p. 173).

Percebe-se que, alguns anos depois, o pensamento de Nina Rodrigues continuava a ressoar entre alguns intelectuais brasileiros, sobretudo em relação ao *(i)migrante ideal*.

Os dados baseados nos estudos de Artur Ramos também são utilizados para refutá-lo e contradizê-lo: “Artur Ramos, que é, aliás, um fervoroso defensor da raça negra e do mestiço, confessa lealmente ainda existir maior incidência da tuberculose na Bahia, entre pardos e negros, em todos os dados verificados” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172). Isso evidencia discordâncias de pensamentos entre a ideia do citado médico e o artigo com orientações do CIC, assinado pelo médico Jaime Poggi.⁵ Em uma perspectiva baseada na desigualdade das condições de higiene, segundo o CIC, Artur Ramos argumentava que a morbidade e mortalidade dos negros eram causadas por fatores

⁵ Intitulado: *A política imigratória: o papel do médico na realização do magno problema*.

econômicos e sociais e não devido à raça. A justificativa do estudioso era fundamentada no baixo nível de vida dos pretos e mulatos, em contraste com a ideia de uma patologia de raças, como acreditavam, por exemplo, os eugenistas mais radicais e o próprio Oliveira Vianna.

Consoante afirmação do CIC, sem citar dados demográficos, a população branca era numericamente superior à preta e à mestiça, sendo esses últimos “quem moureja pelos hospitais [...] atacados pelas mais variadas moléstias” (RCIC, 1946, n. 2, p. 173).⁶ Ao analisar essas informações, observou-se que elas contribuíram para sustentar o racismo estrutural vigente no Brasil.

Embora seja evidente que o arcabouço de ideias e ações que favorecem a exclusão do negro na sociedade seja muito mais amplo, é importante destacar a contribuição da política migratória no intuito de tentar excluir o negro do projeto de desenvolvimento do Brasil, que estava em curso. Além disso, Ferro (2023) ressalta a crítica de Abdias do Nascimento a Oliveira Vianna, especialmente quanto à sua contribuição na proibição da entrada de pessoas pretas no Brasil, por meio do decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945.

O CIC, inclusive, estruturava seu pensamento na perspectiva da “democracia racial”, a qual defendia que no Brasil não existia racismo. Para justificar sua posição, ressaltou-se, com base na obra de Gilberto Freyre: “A contribuição do imigrante negro para o desenvolvimento da nossa civilização foi enorme. Do ponto de vista econômico, resolveu o problema do braço e deu prosperidade e riquezas às fazendas de café em São Paulo” (RCIC, 1946, n. 2, p. 200). Frequentemente, essa influência se manifesta em diversos aspectos da cultura brasileira: “A influência se nota até na nossa cozinha, no nosso modo de falar e tratar as pessoas, na música e na arte popular, diz Gilberto Freire. A língua abrandou e enriqueceu-se com modismos peculiares” (RCIC, n. 2, p. 200, 1946).

Todavia, na perspectiva da política biológica, fundamentada, sobretudo, nas ideias da Eugenia, o negro não era classificado como trabalhador ideal, pois estava em curso o plano de branqueamento da população. Como foi enfatizado: “uma bem

⁶Ver mais sobre dados em: DELGADO, Ignacio Godinho. Ações afirmativas e o horizonte normativo da democracia racial. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 1º sem. 2016. Disponível em: [10.5752/P.2237-8871.2016v17n26p182](https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2016v17n26p182). Acesso em: 22 nov. 2023.

orientada política migratória e o cruzamento de elemento branco com os descendentes africanos ou já mestiços, determinará que o branqueamento se faça” (RCIC, 1946, n. 2, p. 160). O excerto seguinte também enfatiza a mesma perspectiva: “Temos como acertada e indispensável a escolha do homem branco para o nosso imigrante e só o homem branco” (RCIC, 1946, n. 2, p. 173). Na interpretação dessa historiadora,

[...] a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano"! Dessa premissa dependia a melhoria da raça brasileira. Essa imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas (Diwan, 2015, p. 87).

Esse contexto evidencia como a política migratória estava homologada ao discurso da Eugenia. Além de se preocupar com o fornecimento de mão de obra, também levava em conta a cor da pele da população brasileira. No entanto, os outros aspectos também emergem desse contexto. Segundo a historiadora inglesa Brodwyn Fischer, no Brasil, as questões racial e social não devem ser tratadas como categorias antagônicas. Pois: “[...]as disparidades raciais e o preconceito eram enraizados nas desigualdades sociais e materiais herdadas do sistema escravista e perpetuados por padrões distorcidos de desenvolvimento econômico” (Fischer, 2004, p. 32). Esse ponto de vista é compartilhado por Silva (2016, p. 45), o qual afirma que “[...] a questão racial brasileira nunca se colocou independente da questão social, da posição de classe social e a ação discriminatória sempre as combinou.

Outro aspecto fundamental dessa discussão é o espaço reservado ao negro pela sociedade, que, apesar de não ser considerado um trabalhador ideal por concepções biológicas, enfrentava um contexto de marginalização. Na prática, conforme Silva (2016), os discursos fundamentados na democracia racial contribuíram para estabelecer um silêncio em relação às desigualdades raciais vivenciadas pelos trabalhadores negros. Ressalta o autor que “A situação precária dos trabalhadores negros era evidente e, ao mesmo tempo, torna-se evidente o silêncio na produção acadêmica e o forte discurso de unidade para classe trabalhadora. É como se a igualdade racial existisse”(Silva, 2016, p. 51).

André Cicalo (2015), ao questionar a presença maciça de negros no Sindicato de Carregadores e Ensacadores de Café (SCEC) que trabalhavam no Porto de Volta Redonda, obteve a seguinte resposta: “[...] o transporte de café era, originalmente, trabalho típico de escravos (‘isso vem do trabalho escravo’). Outros disseram que era porque eles executavam um trabalho braçal, que exigia baixa escolaridade” (Cicalo, 2015, p. 121). Em vista disso, “[...] um corpo negro racializado representava o executor “ideal” para trabalhos físicos e pesados” (Cicalo, 2015, p. 121). Entre as conclusões do autor, destaca-se que, associado à pobreza, o discurso racial estava fortemente entrelaçado à memória da escravidão.

Nesse sentido, fica evidente que a política adotada pelo CIC também contribuiu com o racismo estrutural em curso no Brasil há séculos. Essa realidade se manifestou quando intelectuais ligados ao órgão tentaram excluir o negro do processo de colonização e desenvolvimento do Brasil, ignorando completamente a presença desses sujeitos e suas valiosas contribuições. Em contrapartida, Freyre reconheceu a importância dessa contribuição ao afirmar que o negro era o “colonizador africano do Brasil” (Vainfas, 1999, p. 6).

“Essa gente ociosa, perversa e inútil”: o mestiço/nordestino representado como degenerado sob o ponto de vista biológico, moral e psicológico

O CIC descreveu um mapa que indicava a maior concentração de mestiços brasileiros nas regiões Norte e Nordeste:

“O roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”, impresso em 1814, de autor desconhecido, informava que nos sertões da Baía, Pernambuco e Ceará, principalmente pela vizinhança de São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros. [...] índios mais ou menos mansos. De fato, são contingentes índios que lastreiam a miscigenação da zona semi-árida. [...] Essa gente ociosa, perversa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nele ocupado, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 176).

O sertanejo mestiço, justamente o sujeito que migrava, era considerado pelo CIC como despreparado moral e intelectualmente, além de inferior sob o ponto de vista

biológico, em razão de sua origem étnico-racial. Desse modo, “Quanto à população sertaneja nordestina, Vianna (1938, p. 215) afirmou tratar-se de uma ‘sub-raça mestiça’ e que aos ‘caboclos do Nordeste’ restaria ‘evoluir, portanto, num sentido ou noutro, ou para o homem americano, ou o homem europeu’” (Ferro, 2023, p. 212).

Conforme alguns Conselheiros e seus colaboradores, “o Brasil estava em fase de desenvolvimento industrial, necessitava de operários, sua lavoura estava abandonada, a população ainda contabilizava um número inexpressivo de 41. 637. 572 homens”, das quais uma grande porcentagem era considerada doente, dada a falta de uma “raça definida” (RCIC, 1946, n. 2, p. 159). Nesse contexto, é relevante questionar: a qual Brasil, à qual lavoura o CIC estava se referindo?

Odair da Cruz Paiva aponta que as políticas do CIC visavam, sobretudo, suprir a lavoura paulista com mão de obra. Isso se reflete nas cobranças dos agricultores paulistas ao governo pelo fornecimento de mão de obra para a agricultura. Como Paiva (2004, p. 105) explica, “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período”. Para garantir que esses trabalhadores cumprissem as condições adequadas, o CIC estabeleceu como critérios as triagens médicas, realizadas em diferentes etapas: antes da partida, na cidade Montes Claros, no Norte de Minas, e depois da chegada, na Hospedaria do Imigrante.⁷

Nina Rodrigues, já na sua época, destacou a suscetibilidade da população mestiça a diversas doenças, argumentando que a questão racial era um fator determinante nesse quadro. Suas ideias, frequentemente citadas em artigos publicados pela Revista do CIC, refletiram uma visão de inferioridade racial negra que permeou o pensamento médico e político do final do século XIX e início do século XX. Como destaca Diwan:

Raimundo Nina Rodrigues, que acreditava na inferioridade racial negra, tendo debatido durante o final do século XIX a construção do saber médico no país, a higiene pública, principalmente a epidemiologia e sua inter-relação com outras instituições, fossem médicas ou de direito. Para tornar o Estado saudável, seria

⁷ Ver mais em: PEREIRA, Pedro J. Fonseca. “A legião dos rejeitados”: trabalhadores migrantes retidos e marginalizados pela política de mão de obra em Montes Claros–MG, na década de 1930. *Revista Cantareira*, n. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44211>. Acesso em: 22 maio 2022.

necessário extirpar todos os resquícios de nossa *miscigenação*. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888 (Diwan, 2015, p. 92).

Os historiadores afirmam que, conforme o racismo científico vigente naquele período, “o tipo híbrido seria naturalmente degenerado e inconfiável, incorporando a pior das qualidades das raças das duas pessoas que o teriam gerado. A população brasileira, então, estaria fadada à inevitável degenerescência biológica, moral e psicológica” (Gomes; Paixão, 2008, p. 179). Além disso, havia o temor de contaminação do sangue europeu. Nessa perspectiva, Vainfas (1999) observa que, para intelectuais como Paulo Padro, o óbice do Brasil não era o negro, mas a miscigenação, vista como um “problema moral ou patológico que cabia resolver para o bem da Nação” (Vainfas, 1999, p. 4).

Os seguidores das ideias do médico maranhense direcionavam sua atenção para “[...] os indivíduos das raças de baixo *escol* genético, especialmente, os erráticos mestiços” (Gomes; Paixão, 2008, p. 179), refletindo a visão de que a mestiçagem representava um obstáculo ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o pensamento do fator biológico foi visto como diretamente relacionado a questões epidemiológicas e de saúde pública, reforçando a ideia de que a miscigenação inviabilizava o projeto de desenvolvimento econômico, político e cultural do país. A mão de obra do trabalhador nordestino, disponível em maior contingente nesse período, por exemplo, era vista como problemática, como observa Albuquerque Júnior (2011, p. 47): “O Norte [*assim usado*.: Nordeste] estaria condenado pelo clima, pela raça e pela decadência” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 47). Esse discurso reforçava a exclusão e a marginalização desses trabalhadores, justificando a discriminação e perpetuando o racismo estrutural no Brasil.

O CIC considerava que o nordestino era desnutrido [carência alimentar], por isso era mais suscetível às doenças endêmicas, verminoses e outras (RCIC, 1946, n. °3, p. 199). Essa condição justificava a implementação de controle e restrição, por meio de exames médicos, desses sujeitos que se dispunham a trabalhar em São Paulo. Além das questões de saúde, o mestiço era visto como moralmente degenerado, sendo a imprevisão uma das principais características da psicologia coletiva do nordestino. Sua vida era descrita como um dilema constante: “[...] ter para esbanjar ou não ter para pedir

– eis o dilema que cerca a vida dos lendários daqueles rincões brasileiros” (RCIC, 1947, n. 1, p. 153). Uma das características atribuídas ao nordestino era uma tendência aos vícios, o que se tornava um fator determinante para a escassez de recursos. Essa percepção é evidenciada neste excerto:

No Nordeste, o caboclo produz nos anos de inverno, apenas para converter, quase sistematicamente, sua produção de cereais nas substâncias alcoólicas que os intoxicam nos dias de fartura. Na fase de escassez, graças a essa dupla dissipação do dinheiro e da saúde, a sua marcha para a morte é, não só fatal, como precedida de todo o cortejo de agruras, decorrentes da perversão e da carência alimentar (RCIC, 1947, n. 1, p. 153).

Subalimentados e inanimados, assim era a vida de milhares de brasileiros, segundo o CIC, que nasciam nas famílias pobres, quando não morriam pela falta de alimentação na primeira infância, seu desenvolvimento orgânico ocorria em situação precária, à mercê das moléstias da nutrição e do “fantasma” da tuberculose.

É observado pelo CIC que, nem mesmo em relação à reprodução humana, esses sujeitos obedeciam a algum critério moral e de saúde. Agiam como animais subordinados à sua espécie, “[...] casando-se ou unindo-se sem qualquer exame, a tarados e doentes de todos os feitios, para produzirem, como consequência, proles inaproveitáveis, quer pelo estado de debilidade mental, quer pela desordem moral e social” (RCIC, 1947, n. 1, p. 157).

Até mesmo a organização do trabalho era objeto de questionamento. Segundo alguns conselheiros, em um relatório realizado durante uma viagem de inspeção à região, os problemas do Nordeste não estavam restritos aos baixos índices pluviométricos. Eles enfatizaram que houve “[...] uma contribuição decorrente de observações pessoais e da funda impressão de desânimo, que trouxe das coisas do sertão, onde os homens vivem no meio das riquezas e morrem de fome, por falta de um trabalho organizado” (RCIC, n. 2, p. 94, 1942). Nem mesmo em relação às Obras Contra as Secas que estavam sendo executadas em benefício dos sertanejos, o CIC acreditava que teria um aproveitamento adequado se não fosse feito um trabalho de preparação desse sujeito: “O homem do sertão precisa ser educado para bem usufruir

das grandes obras que o governo está erigindo em seu benefício” (RCIC, n. 2, p. 74, 1942).

Esse trabalho de classificação do perfil biológico e epidemiológico do nordestino foi realizado anteriormente, com a colaboração, em grande parte, dos médicos, inclusive eugenistas. Exemplos notáveis incluem Arthur Neiva e Belisário Penna, os quais, durante suas viagens de inspeção, produziram relatórios sobre o perfil médico-sanitário dessa população. Portanto, já existiam informações formuladas sobre o Nordeste, como é evidenciado neste excerto:

Em 1912 Arthur Neiva e Belisário Penna lideraram a expedição médico-científica ao nordeste brasileiro - Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás -, que percorreu mais de sete mil quilômetros. Esse trabalho, realizado a serviço da Inspeção de Obras contra a Seca e ligado ao Instituto Oswaldo Cruz, tinha como finalidade diagnosticar a situação epidemiológica da região para o desenvolvimento de medidas profiláticas. Os objetivos iniciais da expedição serão superados quando os relatórios questionam os determinismos raciais e climáticos até então tidos como regra nas análises sobre população. A expedição mostra que o Brasil está "doente" e muitas das futuras ideias de saúde, saneamento e limpeza se desdobrarão a partir da publicação, em 1916, do relatório dessa viagem. O texto alcançou tanta repercussão que muitos intelectuais se envolvem nas questões relativas à saúde, a partir de então. Nesse mesmo ano, num discurso em saudação a Aloysio de Castro, o médico Miguel Pereira declara: "O Brasil é um imenso hospital" (Diwan, 2015, p. 95).

A noção de determinismo racial e climático, que dominava as análises populacionais, passou a ser questionada pelos citados médicos. No entanto, a perspectiva do racismo científico, incluindo a eugenia, não foi totalmente descartada. As causas das doenças eram atribuídas à mestiçagem, implicando que essas condições afetavam essa população em maior proporção devido ao seu perfil biológico e cultural. Essa compreensão torna-se mais evidente na afirmação: “O discurso racista frequentemente atribuía o atraso e muitos dos problemas brasileiros à ‘má-formação étnica’ da população” (Koifman, 2012, p. 27).

Entretanto, nem todos os intelectuais viam o mestiço como um degenerado. Oliveira Vianna, um dos formuladores do CIC, era favorável à imigração de grupos como portugueses e espanhóis, os quais eram considerados com um coeficiente de miscigenação ideal (Koifman, 2012; Queiroz, 2013). Nesse contexto, é fundamental ressaltar a análise de Silva (2016) e Cicalo (2015). Segundo Cicalo (2015, p. 105): “O discurso dominante tornou-se uma ideologia nacionalista de mestiçagem e democracia

racial, e a promessa de que o desenvolvimento industrial seria a solução para os problemas sociais do Brasil”. Silva (2016) destaca que um dos problemas dessa conjuntura foi o papel do Governo Vargas em estabelecer um “silêncio racial”. O discurso da democracia racial promoveu a ideia de tolerância, mas muitas das percepções defendidas pelos intelectuais ligados a Vargas “tentaram abafar” os problemas raciais existentes no Brasil.

O professor Kabengele Munanga enfatizou os prejuízos gerados pelo ideário de mestiçagem e branqueamento, argumentando que esses conceitos roubaram “dos movimentos negros, o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos” (Munanga, 2019, p. 25).

Gomes e Paixão (2008) advertem que os estudos genéticos mostraram que não existem raças biológicas, o que inviabiliza definir quem é considerado preto ou branco. Como seria, então, definida essa taxa de mestiçagem de que o brasileiro seria portador? Além disso, ressalta-se que os brasileiros não foram os primeiros povos miscigenados na história da humanidade. Partindo do princípio de que existem diferenças físicas, os autores argumentam: “se é bem verdade que raças não existem, as aparências físicas entre grupos de seres humanos efetivamente existem”. E complementam: “Desse modo, os diversos tipos de seres humanos possuem vários tipos de cabelos, tonalidade de cor de pele, alturas, formatos faciais e de olhos, entre outras características que são transmissíveis intergeracionalmente” (Gomes; Paixão, 2008, p. 186).⁸

Segundo Guimarães (2004), a ideia da miscigenação contribuiu para que, até os anos 1960, o preconceito de cor e raça fosse amplamente discutido no Brasil, e o racismo fosse visto apenas como uma “doutrina ou ideologia política”. Acreditava-se que as mudanças trazidas pela modernização e pela sociedade de classes iriam superá-lo. Porém, essa visão começou a mudar na década de 1970, quando pensadores como Abdias do Nascimento redefiniram o que era racismo. A historiografia mais recente contribuiu por meio de estudos sobre a escravidão e o período pós-abolição. No âmbito do paradigma das “relações raciais”, destacam-se os trabalhos de historiadores como “João Reis (2003), Sidney Chaloub (1990), Manolo Florentino (1997), Laura de Mello e

⁸ De acordo com Oracy Nogueira (2006, p. 292): “Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca”.

Souza (1989) e Hebe Mattos (2000), entre outros. Esses historiadores têm enfrentado com absoluto êxito esse desafio” (Guimarães, 2004, p. 32).

Em suma, a Revista do CIC contém um amplo e diversificado repertório de textos sobre o (i)migrante ideal, ou seja, o trabalhador ideal. São posicionamentos que convergem e divergem em vários aspectos, algumas vezes aproximando-se da Eugenia, outras se afastam, mas sem se desconectar totalmente dela. Médicos, antropólogos, juristas, entre outros, buscavam colaborar sob o argumento de que o objetivo era solucionar questões relacionadas à baixa densidade demográfica do país, como a colonização e a escassa oferta de mão de obra.

Como mencionado anteriormente, não havia unanimidade quanto ao perfil do trabalhador ideal, tampouco em relação à valorização do trabalhador nacional. O nordestino, por exemplo, poderia resolver o problema da ausência de mão de obra, mas era visto com desconfiança devido à sua origem étnico-racial. Ao mesmo tempo em que a ideia de uma “democracia racial” era vista como um fator positivo, o mestiço ainda gerava suspeitas entre alguns intelectuais, seja por razões biológicas ou culturais. Apesar disso, o CIC e seus colaboradores não eram unânimes em considerar o europeu como o trabalhador ideal para o Brasil.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A dimensão retórica da historiografia*. In: Pinsky, Carla; Luca, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 235.

CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 69, p.101-130, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Wg67CVZ6NmbJTJLzMvQLcwy/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CRUZ, Heloisa de Faria; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do

Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqr49>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DEBASTIANI, Jesiane. A Política Imigratória Brasileira na Revista de Imigração e Colonização. *Revista: Em Tempos de Histórias (PPGHIS/UNB)*, Brasília, n. 32, jan./jul. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14704/13026>. Acesso em: 20 out. 2024.

DIWAN, Píetra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. 2. ed., 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

FERRO, Sérgio Pessoa. O estado brasileiro e as relações étnico-raciais no pensamento de Oliveira Vianna. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 184, n. 493, p. 207-233, 2023. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/75>. Acesso em: 17 out. 2024.

FISCHER, Brodwyn. Quase pretos dito pobres? Race and Social Discrimination in Rio de Janeiro's Twentieth-Century Criminal Courts. *Latin American Research Review*, v. 39, n. 1, February 2004. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/quase-pretos-de-tao-pobres-race-and-social-discrimination-in-rio-de-janeiros-twentiethcentury-criminal-courts/B383E1046C321F04E65EA84469C6D17E>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FLEURY, Maria Dóris Simões. “A Boa Raça Europeia e Branca”: representações do imigrante nas páginas da Revista de Imigração e Colonização (1940-1952). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/63622>. Acesso em: 14 set. 2023.

GARFIELD, Seth; College, Bowdoin. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42. 200. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/5WGW9qddWRkHSnkrckzLHrx/>. Acesso em: 19 out. 2022.

GOMES, Flávio; Paixão, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 171- 194, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13231/10110>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2004, V. 47, n. 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/B8QfF5wgK3gzDNdk55vFbnB/>. Acesso em: 02 out. 2022.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. *O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a política indigenista através dos relatórios (1912 – 1926)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102410>. Acesso em: 26 ago. 2024.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiro no Brasil (1941 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno*. Bauru, SP: EDSC, 2004. p. 117.

SILVA, Leonardo Ângelo Silva. A Classe Trabalhadora tem Cor: democracia racial e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1987). *NORUS*, v. 4, n.5, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/sociologicos/article/view/3058>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As Idéias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 6, n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cqF46>. Acesso em: 4 abr. 2022.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, ago. 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/1218386/Coloniza%C3%A7%C3%A3o_miscigena%C3%A

[7% C3%A3o e quest% C3%A3o racial notas sobre equ% C3%ADvocos e tabus da historiografia brasileira.](#) Acesso em: 18 de outubro de 2024.

Fonte

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (RCIC), n. 1, 3 e 4, 1942; n. 2 e 3, 1946; n. 2, 1947, n. 1; 1950.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution- Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 31/06/2024
Aprovado em: 13/12/2024